



DESTAQUES DA
**PAUTA DO
PLENÁRIO**

1º SEMESTRE DE 2022

JULGAMENTOS DE FEVEREIRO

2 DE FEVEREIRO DE 2022

QUARTA-FEIRA

ADPF 635

RELATOR: MINISTRO EDSON FACHIN

Será retomado o julgamento de embargos de declaração apresentados pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) na ADPF, referente às restrições impostas à realização de operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro (RJ) durante a pandemia de covid-19. Até o momento votaram o relator da ação, ministro Edson Fachin, pelo acolhimento dos embargos, e o ministro Alexandre de Moraes, que acompanhou parcialmente o relator.

ADI 7021

RELATOR: MINISTRO ROBERTO BARROSO

Refendo da liminar deferida pelo relator que determinou que as federações partidárias devem obter registro de estatuto até seis meses antes das eleições, mesmo prazo definido em lei para que qualquer legenda esteja registrada e apta a lançar candidatos. O ministro suspendeu trecho da Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/1995), inserido pela Lei 14.208/2021, que permitia às federações se constituírem até a data final do período de convenções partidárias, cerca de dois meses antes das eleições. A ADI foi ajuizada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

ADI 4591

RELATOR: MINISTRO DIAS TOFFOLI

Ação ajuizada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e pelo Democratas (DEM) contra a Resolução 22.121/2005, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com alterações da Resolução 22.746/2008. As normas estabelecem regras de adequação de institutos ou fundações de pesquisa e de doutrinação e educação política de partidos políticos ao Código Civil de 2002.

ADI 6281

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX

A Associação Nacional dos Jornais (ANJ) questiona dispositivos da Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997) e da Resolução 23.551/2017 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que limitam a possibilidade de veiculação de propaganda eleitoral na imprensa escrita e proíbem esse tipo de propaganda paga na internet, exceção do impulsionamento de conteúdo, desde que identificado de forma inequívoca e contratado exclusivamente por partidos, coligações e candidatos e seus representantes.

RE 999435

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX

Repercussão geral – Discute a necessidade de negociação coletiva antes de demissões em massa. O caso com concreto diz respeito à dispensa, em 2009, de mais de quatro mil empregados da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer). O julgamento retoma com o voto-vista do ministro Dias Toffoli.

3 DE FEVEREIRO DE 2022

QUINTA-FEIRA

ADI 6630

RELATOR: MINISTRO NUNES MARQUES

Questiona a expressão “após o cumprimento da pena” constante da parte final da redação da alínea ‘e’, inciso I, artigo 1º, da Lei Complementar (LC) 64/1990, com a redação dada pelo artigo 2º da LC 135/2010 (Lei da Ficha Limpa). O dispositivo torna inelegível quem for condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de oito anos após o cumprimento da pena, pelos crimes dispostos na LC 64/1990.

RE 1307334

RELATOR: MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES

Repercussão geral – Discute a constitucionalidade da penhora de bem de família do fiador em contrato de locação comercial. Até o momento, quatro ministros consideram que não há impedimento para a penhora, e outros quatro entendem que essa possibilidade viola o direito à moradia.

ADI 5755

RELATORA: MINISTRA ROSA WEBER

Questiona a Lei 13.463/2017, que trata do cancelamento dos precatórios cujos valores não tenham sido levantados pelos credores no prazo de dois anos e prevê que essa providência seja tomada diretamente pelas instituições financeiras oficiais.

9 DE FEVEREIRO DE 2022

QUARTA-FEIRA

ADPF 913

RELATOR: MINISTRO ROBERTO BARROSO

STF vai decidir se referenda ou não liminar que determinou a exigência de comprovante de vacina para quem vem do exterior.

ADPFs 898, 900, 901 e 905

RELATOR: MINISTRO ROBERTO BARROSO

Referendo da liminar deferida pelo relator, que suspendeu dispositivos da Portaria 620/2021, do Ministério do Trabalho e Previdência, que proíbem empresas de exigirem comprovante de vacinação na contratação ou na manutenção do emprego do trabalhador, autorizando que empregadores exijam o comprovante de seus empregados.

ADI 3486

RELATOR: MINISTRO DIAS TOFFOLI

Questiona a chamada federalização dos crimes contra direitos humanos, instituída pela Emenda Constitucional 45/2004 (Reforma do Judiciário). O dispositivo firma a competência da Justiça Federal para processar e julgar as causas relativas a direitos humanos. Sobre o mesmo tema será julgada em conjunto a ADI 3493.

10 DE FEVEREIRO DE 2022

QUINTA-FEIRA

ADI 6649 e ADPF 695

RELATOR: MINISTRO GILMAR MENDES

Questionam o Decreto 10.046/2019, da Presidência da República, que dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.

ARE 1225185

RELATOR: MINISTRO GILMAR MENDES

Repercussão geral – O STF irá decidir se um tribunal de segunda instância pode determinar a realização de novo júri, caso a absolvição do réu tenha ocorrido em suposta contrariedade à prova dos autos.

16 DE FEVEREIRO DE 2022

QUARTA-FEIRA

RE 1348854

RELATOR: MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES

Repercussão geral – O STF irá decidir se é possível estender o benefício da licença-maternidade de 180 dias a servidores públicos que sejam pais solteiros e se a extensão desse benefício aos homens está condicionada a indicação prévia (por meio de lei) de fonte de custeio.

ADI 3454

RELATOR: MINISTRO DIAS TOFFOLI

Questiona o inciso XIII do artigo 15 da Lei 8.080, que em setembro de 1990, regulamentou o SUS (Sistema Único de Saúde). O dispositivo permite que a União, os Estados e os Municípios requisitem bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas em caso de perigo iminente, calamidade pública ou epidemias.

RE 962189

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX

O STF vai decidir se o Tribunal de Contas estadual pode determinar a indisponibilidade cautelar de bens. Em discussão está o artigo 121, inciso V, da Lei Orgânica do TCE-RN (Lei 464/2012, que conferiu ao órgão esse poder).

RE 667958

RELATOR: MINISTRO GILMAR MENDES

Repercussão geral – O STF analisará se o monopólio estatal do serviço postal conferido aos Correios impede municípios de entregarem diretamente guias de arrecadação tributária aos contribuintes.

17 DE FEVEREIRO DE 2022

QUINTA-FEIRA

AP 864

RELATOR: MINISTRO ROBERTO BARROSO

Na ação, o deputado federal Silas Câmara (Republicanos-AM) responde pela prática do crime de peculato, por supostamente desviar, em proveito próprio, recursos destinados ao pagamento dos salários dos funcionários de seu gabinete.

ADI 5399

RELATOR: ROBERTO BARROSO

Questiona a Lei 15.854/2015, do Estado de São Paulo, que obriga os fornecedores de serviços prestados de forma contínua estenderem o benefício de novas promoções aos clientes preexistentes.

ADI 6191

RELATOR: ROBERTO BARROSO

Questiona a Lei 16.600/2019, do Estado de Pernambuco, que dispõe sobre a proteção do consumidor pernambucano em relação às práticas abusivas por parte de prestadoras de serviços de telecomunicações.

ADI 5108

RELATOR: MINISTRO DIAS TOFFOLI

Questiona expressões contidas na Lei da Meia-Entrada (Lei 12.933/2013), por alegada ofensa ao princípio constitucional da liberdade de associação. O objetivo é assegurar que a carteira de estudante possa ser emitida por qualquer entidade estudantil municipal ou estadual, sem a necessidade de prévia filiação às entidades.

23 DE FEVEREIRO DE 2022

QUARTA-FEIRA

A pauta da sessão será composta por processos remanescentes.

24 DE FEVEREIRO DE 2022

QUINTA-FEIRA

A pauta da sessão será composta por processos remanescentes.

JULGAMENTOS DE MARÇO

9 DE MARÇO DE 2022

QUARTA-FEIRA

ADIs 6921 e 6931

RELATOR: MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES

O PDT e a Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA) contestam a validade do carregamento obrigatório de canais de programação por prestadores de serviços de TV paga.

AP 965

RELATOR: MINISTRO ROBERTO BARROSO

Embargos de declaração contra decisão que condenou o deputado federal Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força (SD-SP), à pena de 10 anos e 2 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática de crime contra o Sistema Financeiro Nacional, lavagem de dinheiro e associação criminosa.

ADI 5667

RELATOR: MINISTRO NUNES MARQUES

A PGR questiona dispositivos inseridos pela Lei 12.970/2011 ao Código Brasileiro de Aeronáutica referentes aos procedimentos de apuração do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER) e sobre o sigilo das investigações de acidentes aéreos no país.

ADI 3753

RELATOR: MINISTRO DIAS TOFFOLI

O Estado de São Paulo contesta a meia entrada para professores da rede pública paulista de ensino em estabelecimentos que proporcionem lazer e entretenimento.

10 DE MARÇO DE 2022

QUINTA-FEIRA

ADI 4980

RELATOR: MINISTRO NUNES MARQUES

O STF vai decidir se é possível a representação fiscal para fins penais junto ao Ministério Público referente aos crimes contra a ordem tributária, independentemente do exaurimento do processo administrativo fiscal.

ADI 3087

RELATOR: MINISTRO ROBERTO BARROSO

Ação questiona dispositivo da Lei estadual 4.179/2003 do Rio de Janeiro, segundo o qual o atendimento aos projetos e atividades do Programa Estadual de Acesso à Alimentação (PEAA) correrá à conta de dotações consignadas anualmente ao orçamento do Fundo Estadual de Saúde (FES), vinculado à Secretaria de Estado de Saúde.

AP 969

RELATOR: MINISTRO GILMAR MENDES

O ex-deputado federal André Moura é acusado da utilização de veículos municipais e de servidores, que atuavam como motoristas. O julgamento está empatado.

16 DE MARÇO DE 2022

QUARTA-FEIRA

ADI 6138

RELATOR: MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) questiona lei que autoriza a autoridade policial a afastar o suposto agressor do domicílio com a ofendida quando verificada a existência de risco à vida ou à integridade da mulher.

ADI 3667

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX

A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) questiona decreto do Estado do Rio de Janeiro que instituiu o programa Report-Rio, estabelecendo tratamento tributário diferenciado para o reequipamento portuário.

RE 625263

RELATOR: MINISTRO GILMAR MENDES

O recurso discute a possibilidade de renovação sucessiva de autorização de interceptação telefônica para fins de investigação criminal, sem limite definido de prazo (Tema 661 da repercussão geral).

RE 1093553

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX

O STF analisará a constitucionalidade artigo do Código Penal que tipifica como crime a prática de ato obsceno em local público, aberto ou exposto ao público. (Tema 989 da repercussão geral).

17 DE MARÇO DE 2022

QUINTA-FEIRA

ADIs 6040 e 6055

RELATOR: MINISTRO GILMAR MENDES

O Instituto Aço Brasil e a CNIO contestam normas que disciplinam o procedimento de devolução dos resíduos tributários que remanescem na cadeia de produção de bens exportados.

ADI 5982

RELATOR: MINISTRO NUNES MARQUES

O governo de Santa Catarina questiona dispositivos do Estatuto do Ministério Público da União que confere a seus membros, entre outras, a atribuição de requisitar informações, perícias, exames e documentos de órgãos da administração pública.

RE 1116485

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX

Repercussão geral – Recurso que discute a necessidade, ou não, de revisão ou de cancelamento da Súmula Vinculante nº 9, em virtude da Lei 12.433/2011 que, ao alterar o art. 127 da Lei de Execução Penal (LEP), permite ao magistrado, nos casos de prática de falta grave, revogar até 1/3 do tempo da pena remido, reiniciando-se a contagem a partir da data da infração disciplinar.

23 DE MARÇO DE 2022

QUARTA-FEIRA

RE 630852

RELATORA: MINISTRA ROSA WEBER

Repercussão geral – O recurso discute a aplicação do Estatuto do Idoso em contrato de plano de saúde firmado antes de sua entrada em vigor (Tema 381 da Repercussão Geral).

ADIs 6399, 6403 e 6415

RELATOR: MINISTRO MARCO AURÉLIO – APOSENTADO

As ações contestam o fim do voto de qualidade em empate nos julgamentos administrativos fiscais do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). O julgamento será retomado com o voto-vista do ministro Alexandre de Moraes.

ADI 3596

RELATORA: MINISTRA CÁRMEN LÚCIA

O PSOL questiona, entre outros pontos, o poder normativo delegado à ANP para decidir sobre a venda de blocos petrolíferos.

ADI 5032

RELATOR: MINISTRO MARCO AURÉLIO – APOSENTADO

A PGR contesta a competência da Justiça Militar para o julgamento de crimes cometidos no exercício das atribuições subsidiárias das Forças Armadas em operações de garantia da lei e da ordem e de combate ao crime. O julgamento será retomado com o voto-vista do ministro Roberto Barroso.

24 DE MARÇO DE 2022

QUINTA-FEIRA

ARE 848107

RELATOR: MINISTRO DIAS TOFFOLI

Repercussão geral – O recurso discute se a contagem do prazo para a prescrição da pretensão executória deve começar a correr a partir do trânsito em julgado para a acusação ou para todas as partes (Tema 788 da repercussão geral).

RE 660814

RELATOR: MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES

O STF decidirá se é constitucional norma da Corregedoria-Geral de Justiça que determina a tramitação direta de inquérito policial entre o Ministério Público e a Polícia Civil (Tema 1.034 da repercussão geral).

ADI 5683

RELATOR: MINISTRO ROBERTO BARROSO

O PSOL questiona Lei estadual que autorizou a privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), do Rio de Janeiro. O relator deferiu liminar para afastar da Lei estadual 7.529/2017 a interpretação que permita que a operação de crédito autorizada pela norma possa ser realizada junto a instituições financeiras estatais para o pagamento de despesas com pessoal.

JULGAMENTOS DE ABRIL

6 DE ABRIL DE 2022

QUARTA-FEIRA

ADC 69

RELATOR: MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES

O partido Novo pede que seja confirmada a constitucionalidade de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000, a LRF) que tratam do limite de gastos com pessoal, especialmente a soma dos gastos com inativos e pensionistas.

ADPF 787

RELATOR: MINISTRO GILMAR MENDES

O Partido dos Trabalhadores (PT) questiona atos do Ministério da Saúde relativos à atenção à saúde primária de pessoas transexuais e travestis. O relator deferiu liminar para determinar que o Sistema Único de Saúde (SUS) altere, em 30 dias, seus sistemas de informação para incluir atendimento médico agendado em qualquer especialidade e a realização de exames em pacientes transexuais e travestis, independentemente do sexo biológico apontado em seus registros civis.

RE 958252

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX

Embargos de declaração opostos contra decisão que reconheceu a constitucionalidade do instituto da terceirização em toda e qualquer atividade e afastou a interpretação conferida pelo TST à matéria na Súmula 331.

7 DE ABRIL DE 2022

QUINTA-FEIRA

ADI 5322

RELATOR: MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTT) questiona a Lei dos Caminhoneiros (Lei 13.103/2015). A norma regulamenta o exercício da profissão de motorista nas atividades de transporte rodoviário de cargas e de passageiros e, entre outros pontos, reduz horários para descanso e alimentação, além de exigir a realização de exame toxicológico.

ADI 5492 e 5737

RELATOR: MINISTRO DIAS TOFFOLI

Questionam dispositivos da Lei Federal 13.105/2015, que instituiu o novo Código de Processo Civil.

RE 966177

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX

Repercussão geral – Discute se a Constituição Federal de 1988 recepcionou (mantém válido) o artigo 50, caput, do Decreto-Lei 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais), pelo qual é tipificada a exploração ou o estabelecimento de jogos de azar como contravenções penais.

20 DE ABRIL DE 2022

QUARTA-FEIRA

ARE 1121633

RELATOR: MINISTRO GILMAR MENDES

Discute a validade de norma coletiva de trabalho que suprimiu direitos relativos às chamadas horas in itinere, tempo gasto pelo trabalhador em seu deslocamento entre casa e trabalho.

ADPF 381

RELATOR: MINISTRO GILMAR MENDES

A Confederação Nacional do Transporte (CNT) questiona decisões do TST e de Tribunais Regionais do Trabalho que declararam inválidos dispositivos de convenções coletivas pactuadas entre transportadoras e motoristas e condenaram os empregadores ao pagamento de horas extras e de horas trabalhadas em dias de descanso antes da vigência da Lei 12.619/2012, que disciplinou os direitos e deveres dos motoristas profissionais. O relator concedeu medida cautelar para suspender todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a aplicação do artigo 62, inciso I, da CLT aos motoristas profissionais externos do setor de transporte de cargas.

RE 912888

RELATOR: MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES

Repercussão geral – Embargos de declaração opostos contra decisão que considerou que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incide sobre a assinatura básica mensal de telefonia.

27 DE ABRIL DE 2022

QUARTA-FEIRA

A sessão será composta por processos remanescentes.

28 DE ABRIL DE 2022

QUINTA-FEIRA

A sessão será composta por processos remanescentes.

JULGAMENTOS DE MAIO

4 DE MAIO DE 2022

QUARTA-FEIRA

ADC 45

RELATOR: MINISTRO ROBERTO BARROSO

A ação defende a constitucionalidade dos dispositivos da Lei de Licitações (Lei 9.666/1993) que permitem a contratação de advogados por entes públicos pela modalidade de inexigibilidade de licitação.

REs 610523 e 656558

RELATOR: MINISTRO DIAS TOFFOLI

Recursos com repercussão geral que discutem a possibilidade de dispensa de licitação para contratação de serviços jurídicos por entes públicos.

RE 1188352

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX

Recurso com repercussão geral onde se discute a competência legislativa para editar normas sobre a ordem de fases de processo licitatório.

5 DE MAIO DE 2022

QUINTA-FEIRA

RE 611601

RELATOR: MINISTRO DIAS TOFFOLI

Recurso com repercussão geral de autoria da empresa Celulose Irani S/A contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). Discute a constitucionalidade da contribuição social devida pela agroindústria.

RE 816830

RELATOR: MINISTRO DIAS TOFFOLI

Recurso com repercussão geral que discute a constitucionalidade da incidência da contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), cobrada sobre a receita bruta do produtor rural pessoa física, com alíquota de 0,2%.

ADI 4395

RELATOR: MINISTRO GILMAR MENDES

A ação questiona o artigo 1º da Lei 8.540/1992, que determina que os agropecuaristas, fornecedores dos associados da Associação Brasileira de Frigoríficos, passem a ser contribuintes obrigatórios à previdência social.

RE 1008166

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX

Recurso com repercussão geral que discute o dever do Estado em garantir o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade.

11 DE MAIO DE 2022

QUARTA-FEIRA

RE 955227

RELATOR: MINISTRO ROBERTO BARROSO

O recurso discute os efeitos de uma decisão transitada em julgado em matéria tributária quando há posteriormente pronunciamento em sentido contrário pela Suprema Corte (Tema 885 da repercussão geral).

RE 949297

RELATOR: MINISTRO EDSON FACHIN

Neste recurso, o colegiado vai decidir se decisão transitada em julgado que declare a inexistência de relação jurídico-tributária, ao fundamento de inconstitucionalidade incidental de tributo, perde sua eficácia em razão de superveniente declaração de constitucionalidade da norma pelo STF, na via do controle concentrado e abstrato de constitucionalidade (Tema 881 da repercussão geral).

ADC 51

RELATOR: MINISTRO GILMAR MENDES

A ação discute o controle de dados por provedores de internet no exterior, como exposto em Acordo de Assistência Judiciário-Penal firmado entre o Brasil e os Estados Unidos.

ADI 6287

RELATORA: MINISTRA ROSA WEBER

Julgamento de mérito da ação que questiona critérios para retransmissão de rádio na Amazônia Legal dispostos na Lei 13.649/2018

RE 732686

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX

Recurso com repercussão geral que discute a constitucionalidade de lei que exige a substituição de sacolas plásticas por material biodegradável. Decisão a ser tomada será aplicada a casos semelhantes.

12 DE MAIO DE 2022

QUINTA-FEIRA

ADI 3356

RELATORA: MINISTRA CÁRMEN LÚCIA

Julgamento dos embargos de declaração que pedem a suspensão dos efeitos erga omnes (para todos) da declaração de inconstitucionalidade da norma que permitia a extração, a industrialização, a comercialização e a distribuição do amianto crisotila no país. Sobre o mesmo tema serão julgados embargos de declaração nas ADIs 3357, 3406 e 3470 e na ADPF 109.

RE 1224374

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX

Recurso com repercussão geral que discute se é constitucional a regra do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) que classifica como infração de trânsito a recusa do condutor de veículo a se submeter ao teste do “bafômetro”.

ADIs 4017 e 4103

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX

As ações tratam da constitucionalidade de norma que proíbe a venda de bebidas alcoólicas às margens das rodovias federais.

18 DE MAIO DE 2022

QUARTA-FEIRA

ADPF 289

RELATOR: MINISTRO GILMAR MENDES

e RHC 142608

RELATOR: MINISTRO EDSON FACHIN

Os processos discutem o limite da competência da Justiça Militar para julgar civis em tempos de paz.

RE 928943

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX

Recurso com repercussão geral que discute se é constitucional a incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) nas remessas ao exterior.

19 DE MAIO DE 2022

QUINTA-FEIRA

ADI 4785

RELATOR: MINISTRO EDSON FACHIN

A ação questiona lei de MG que institui a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM). Sobre o mesmo tema será julgada a ADI 4786 contra lei semelhante do PA, de relatoria do ministro Nunes Marques, e a ADI 4787, contra lei do AP, de relatoria do ministro Luiz Fux.

RE 964659

RELATOR: MINISTRO DIAS TOFFOLI

Recurso com repercussão geral que discute a possibilidade de recebimento de remuneração inferior ao salário mínimo por servidor público que trabalha em regime de carga horária reduzida.

25 DE MAIO DE 2022

QUARTA-FEIRA

A sessão será composta por processos remanescentes

26 DE MAIO DE 2022

QUINTA-FEIRA

A sessão será composta por processos remanescentes

JULGAMENTOS DE JUNHO

1º DE JUNHO DE 2022

QUARTA-FEIRA

ADI 4905

RELATOR: MINISTRO GILMAR MENDES

Questiona a constitucionalidade de multa para os casos de indeferimento dos pedidos de ressarcimento e de não homologação das declarações de compensação de créditos perante a Receita Federal.

RE 796939

RELATOR: MINISTRO EDSON FACHIN

O recurso discute a imposição de multa pela Receita Federal sobre a compensação tributária não homologada (Tema 736 da repercussão geral).

ADI 5595

RELATOR: MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI

A ação trata do orçamento impositivo para a saúde.

RE 860631

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX

Discute a constitucionalidade do procedimento de execução extrajudicial nos contratos de mútuo com alienação fiduciária do imóvel (Tema 982 da repercussão geral).

2 DE JUNHO DE 2022

QUINTA-FEIRA

ADI 5507

RELATOR: MINISTRO DIAS TOFFOLI

A ação questiona alteração introduzida pela Minirreforma Eleitoral para que as ações eleitorais propostas por partes diversas sobre o mesmo fato sejam reunidas para julgamento comum, sendo competente para apreciá-las o juiz ou relator que tiver recebido a primeira.

RE 1210727

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX

Analisa se é constitucional lei municipal que proíbe a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos ruidosos (Tema 1056 da repercussão geral).

8 DE JUNHO DE 2022

QUARTA-FEIRA

ADPF 334

RELATOR: MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES

A ação discute o direito a prisão especial aos portadores de diploma de ensino superior.

RE 842844

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX

O recurso trata do direito de gestante, contratada pela Administração Pública por prazo determinado ou ocupante de cargo em comissão, de usufruir licença-maternidade e ter estabilidade provisória (Tema 542 da repercussão geral).

RE 1133118

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX

O recurso discute a possibilidade de nomeação de cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante, para o exercício de cargo político (Tema 1000 da repercussão geral).

9 DE JUNHO DE 2022

QUINTA-FEIRA

RE 608588

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX

O recurso discute se o município tem competência legislativa para instituir guarda civil para exercer o policiamento preventivo e comunitário (Tema 656 da repercussão geral).

ADPF 188

RELATOR: MINISTRO EDSON FACHIN

Nove estados do Nordeste questionam a forma de cálculo para distribuição de cotas do salário-educação.

15 DE JUNHO DE 2022

QUARTA-FEIRA

ADI 6553

RELATOR: MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES

O STF irá discutir a exclusão de cerca de 862 hectares do Parque Nacional do Jamanxim, no Pará.

ARE 1042075

RELATOR: MINISTRO DIAS TOFFOLI

Trata da inviolabilidade do sigilo de dados e das comunicações telefônicas no acesso pela autoridade policial a dados de telefone celular encontrado no local do crime (Tema 977 da repercussão geral).

RE 1167478

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX

O STF irá analisar se, após a EC 66/2010, a separação judicial é requisito para o divórcio e se ela se mantém como instituto autônomo no ordenamento jurídico brasileiro (Tema 1053 da repercussão geral).

ADIs 3450 e 4112

RELATOR: MINISTRO GILMAR MENDES

As ações discutem a regulamentação e renovação de interceptações telefônicas.

22 DE JUNHO DE 2022

QUARTA-FEIRA

RE 1037396

RELATOR: MINISTRO DIAS TOFFOLI

O recurso discute a exigência prévia e específica de ordem judicial de exclusão de conteúdo para a responsabilização civil de provedor de internet, websites e gestores de redes sociais por danos decorrentes de atos ilícitos praticados por terceiros (Tema 987 da repercussão geral).

RE 1057258

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX

Questiona o dever de empresa hospedeira de sítio na internet fiscalizar o conteúdo publicado e de retirá-lo do ar quando considerado ofensivo, sem intervenção do Judiciário. (Tema 533 da repercussão geral).

ADI 2362

RELATOR: MINISTRO NUNES MARQUES

A ação discute o pagamento de precatórios pendentes na data da promulgação da Emenda Constitucional 30/2000, de forma parcelada, em até dez anos.

ADI 4164

RELATOR: MINISTRO GILMAR MENDES

O STF irá decidir se os policiais militares, em tempos de paz, podem ser considerados militares para efeitos penais.

23 DE JUNHO DE 2022

QUINTA-FEIRA

RE 1017365

RELATOR: MINISTRO EDSON FACHIN

O Tribunal prosseguirá com a análise do recurso que discute a definição do estatuto jurídico-constitucional das relações de posse das áreas de tradicional ocupação indígena e desde quando deve prevalecer essa ocupação. O julgamento foi suspenso por pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes (Tema 1031 da repercussão geral).

ADI 5941

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX

A ação discute a constitucionalidade da apreensão da Carteira Nacional de Habilitação e/ou a suspensão do direito de dirigir, da apreensão de passaporte e da proibição de participação em concurso público e em licitação pública como medidas para assegurar o cumprimento de ordem judicial.

RE 646104

RELATOR: MINISTRO DIAS TOFFOLI

O recurso trata da representatividade sindical de micro e pequenas indústrias artesanais, e do direito, como consequência, de receberem contribuição sindical (Tema 488 da repercussão geral).

RE 1010819 – segundos embargos de declaração

RELATOR: MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES

Recurso contra decisão do STF que considerou que a ação civil pública pode ser proposta após o trânsito em julgado de ação de desapropriação, mesmo depois de expirado o prazo para o ajuizamento de ação rescisória. O Tribunal decidirá se houve omissão ou contradição no julgamento (Tema 858 de repercussão geral).

29 DE JUNHO DE 2022

QUARTA-FEIRA

A sessão será composta por processos remanescentes.

30 DE JUNHO DE 2022

QUINTA-FEIRA

A sessão será composta por processos remanescentes.

JULGAMENTOS DE JULHO

1º DE JULHO DE 2022

SEXTA-FEIRA

A sessão será composta por processos remanescentes.